

YVY INVESTIMENTOS S.A.

CNPJ nº 51.971.130/0001-02 - (em fase de transformação)

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 31/05/2025

**1. Data, Horário e Local:** Realizada no dia 31/05/2025, às 08h, na sede da YVY Investimentos S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de SP, SP, na Rua Joaquim Floriano, 960, 8º Andar, Itaim Bibi, CEP 04534-004. **2. Convocação e Presença:** Presentes à Assembleia acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, ficando dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do art. 124, §4º, da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A.") **3. Composição da Mesa:** Presidente: Gustavo Henrique Moreira Montezano; e Secretário: Francisco Lourenço Faulhaber Bastos-Tigre. **4. Ordem do Dia:** Discutir e deliberar sobre: (i) a criação de ações preferenciais Classe A, Classe B e Classe C, de emissão da Companhia; (ii) o aumento do capital social da Companhia, com emissão de ações ordinárias nominativas; (iii) a criação de um Conselho de Administração e a eleição dos respectivos membros do Conselho de Administração; (iv) a instituição de um observador no Conselho de Administração e a nomeação do respectivo participante observador; (v) a criação do capital autorizado da Companhia, com limite de aumento em número de ações; (vi) a emissão, pela Companhia, de bônus de subscrição; (vii) a reforma do Estatuto Social da Companhia; e (viii) a autorização aos administradores da Companhia para a prática de todos os atos que forem necessários à efetivação das deliberações tomadas. **5. Deliberações:** Após exame e discussão de todos os assuntos da ordem do dia, os acionistas decidiram, por unanimidade de votos e sem reservas: (i) aprovar a criação de Ações Preferenciais Classe A, Classe B e Classe C, que conferirão aos seus titulares os direitos e prerrogativas que lhes são atribuídas no Estatuto Social; (ii) aprovar o aumento de capital social da Companhia em R\$ 421,00, passando do montante atual de R\$ 40.000,00 para R\$ 40.421,00, mediante a emissão, pela Companhia, de 421 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de aproximadamente R\$ 13.106,27 por ação, perfazendo o total de R\$ 5.517.738,00, dos quais R\$ 5.517.317,00 são destinados à conta de reserva de capital, subscritas e integralizadas nesta data por Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Via Láctea, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 21.669.033/0001- 07 ("FIP Via Láctea"), na forma do Boletim de Subscrição anexo à presente ata como seu Anexo I, com a atribuição, como vantagem adicional, dos bônus de subscrição referidos no item (vi) abaixo; (ii)(a) consignar a expressa e irrevogável renúncia dos demais acionistas ao direito de preferência à subscrição das ações emitidas conforme item (ii) acima; (iii) aprovar a criação do Conselho de Administração da Companhia, que será composto por 3 membros e seus respectivos suplentes, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com o mandato unificado de 2 anos, ou até a posse de novos conselheiros, sendo permitida a reeleição, na forma da alteração ao Estatuto Social proposta, que será objeto de deliberação nesta assembleia geral; (iii)(a) eleger para os cargos de membros do Conselho de Administração da Companhia os Srs. Gustavo Henrique Moreira Montezano, RG 09727844-4 (IIF-RJ), CPF 018.519.627-60, Bruno Caldas Aranha, RG 120569322 (IIF-RJ), CPF 086.647.977-57 e Bruno Laskowsky, RG 63.786.193-0 (SSP- SP), CPF 761.157.717-49, para o mandato unificado de 2 anos, os quais tomam posse de seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse lavrados no Livro de Registro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração, nos quais declaram, para os fins do art. 147, § 1º, da Lei das S.A., que (i) não estão impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) não foram declarados inabilitados por ato da Comissão de Valores Mobiliários; (iii) atendem ao requisito de reputação ilibada, não ocupando cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal; (iv) não têm interesse conflitante com a Companhia; e (v) receberam uma cópia, estáte cientes e de acordo com os termos do acordo de acionistas da Companhia que está em vias de ser assinado e que ficará arquivado na sede da Companhia ("Acordo de Acionistas"), se comprometendo a observar todas as regras internas da Companhia, incluindo o Estatuto Social da Companhia e, uma vez assinado, o Acordo de Acionistas da Companhia, durante toda a duração de seu mandato, declarando conhecimento e expressa concordância e adesão ao mecanismo de solução de disputas ali previsto; (iv) aprovar a instituição de um observador, o qual será independente e terá direito de participar das reuniões do Conselho de Administração para discutir e expor suas opiniões sobre as matérias discutidas na respectiva reunião, mas não terá qualquer direito a voto ou veto, na forma da alteração ao Estatuto Social proposta; (iv)(a) aprovar a nomeação do Sr. Rodrigo Guedes Xavier, RG 888711 (SSP-DF), CPF 443.495.481-49, como participante observador do Conselho de Administração da Companhia, para mandato com prazo indeterminado, sendo tal observador admitido às reuniões do Conselho de Administração mediante a assinatura de termo de confidencialidade apropriado; (v) aprovar a criação do capital autorizado da Companhia, nos termos do art. 168 da Lei das S.A., permitindo assim que a Companhia aumente o seu capital social até o limite de emissão de 5.000 novas Ações Ordinárias e/ou 5.000 novas Ações Preferenciais Classe C, todas nominativas, sem valor nominal, mediante deliberação da Assembleia Geral, que também determinará as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de subscrição e integralização, observadas as normas legais e estatutárias; (vi) aprovar a emissão, dentro do limite do capital autorizado da Companhia, de 2 bônus de subscrição em favor do FIP Via Láctea, nos termos dos certificados anexos à presente Ata como Anexo II e Anexo III. Os bônus de subscrição foram atribuídos ao FIP Via Láctea como vantagem adicional à subscrição das ações, conforme item (ii) acima, e conferem ao seu titular o direito de subscrever Ações Ordinárias e/ou Ações Preferenciais Classe C, sem valor nominal, de acordo com termos e condições previstos nos respectivos certificados constantes dos Anexos II e III, ficando consignada a renúncia expressa e irrevogável dos demais acionistas ao direito de preferência que lhes caberia à subscrição dos Bônus de Subscrição; (vii) aprovar a reforma do Estatuto Social da Companhia, a fim de, entre outras alterações, adequá-lo às deliberações tomadas nesta assembleia, em especial aquelas previstas nos itens (i) a (v) acima, passando o Estatuto Social da Companhia a vigorar com a redação constante do Anexo IV à presente Ata; e (viii) autorizar os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima tomadas, inclusive os registros, averbações e transferências necessários para a implementação dos aumentos de capital ora aprovados e assinatura de todos os documentos necessários à consecução das deliberações aqui previstas. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a Assembleia, e foi lavrada a presente ata, redigida na forma sumária prevista no art. 130 da Lei das S.A. e que, lida, conferida e aprovada, foi assinada por todos os presentes, tendo sido rubricados os seus anexos. Mesa: Presidente: Gustavo Henrique Moreira Montezano; e Secretário: Francisco Lourenço Faulhaber Bastos-Tigre. Acionistas Presentes: YVY Partners Ltda.; Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Via Láctea. *A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.* São Paulo, 31/05/2025. Mesa: Gustavo Henrique Moreira Montezano - Presidente; Francisco Lourenço Faulhaber Bastos-Tigre - Secretário. JUCESP - 213.882/25-5 em 24/06/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício. **Estatuto Social - Capítulo I - Denominação, Sede, Prazo de Duração - Artigo 1º - A YVY Investimentos S.A.** ("Companhia"), sociedade anônima, com sede no Município de SP, SP, na Rua Joaquim Floriano, 960, 8º andar, Itaim Bibi, CEP 04534-004, reger-se pelo presente Estatuto Social, pela Lei 6.404/76 ("Lei das S.A.") e pelas demais disposições legais aplicáveis. **§Único** - Por deliberação da Diretoria, poderão ser instalados, transferidos ou extintos escritórios, filiais, agências ou representações da Companhia em qualquer ponto do território nacional ou fora dele. **Artigo 2º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Objeto Social - Artigo 3º** - A Companhia tem por objeto social a participação no capital social de outras sociedades, como quotista ou acionista. **Capítulo III - Capital Social - Artigo 4º** - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 40.421,00, dividido em 40.421 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. **§1º** - A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 5.000 Ações Ordinárias e/ou 5.000 Ações Preferenciais Classe C, podendo emitir ações sem observar proporcionalidade em relação às anteriormente emitidas, por meio de deliberação da Assembleia Geral, que determinará as condições da emissão, incluindo o preço de emissão e prazo para integralização. **§2º** - A ação é indivisível em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **§3º** - É vedada a criação de quaisquer ônus ou gravames, de qualquer natureza, sobre as ações ou direito de subscrição às ações de emissão da Companhia. **§4º** - No caso de obtenção de registro de companhia aberta na categoria A, a Companhia aderirá a segmento especial de administração de mercado organizado que assegure, no mínimo, práticas diferenciadas de governança corporativa previstas nos incisos I a IV do art. 8º do Anexo IV da Resolução CVM nº 175, de 23/12/2022, conforme alterada. **Artigo 5º** - Cada Ação Ordinária corresponde a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia. **Artigo 6º** - A Companhia poderá emitir Ações Preferenciais Classe A, Ações Preferenciais Classe B e Ações Preferenciais Classe C, sem guardar proporção entre as classes de ações preferenciais, as quais, se e quando emitidas, não terão direito de voto. **Artigo 7º** - As seguintes regras serão aplicáveis à conversão de ações: **§1º** - Cada Ação Ordinária será conversível em 1 Ação Preferencial Classe C, a pedido do respectivo acionista, a seu exclusivo critério, sujeito ao limite estabelecido no §2º do artigo 15 da Lei das S.A. As Ações Ordinárias não são conversíveis em qualquer outra classe de Ações Preferenciais além das Ações Preferenciais Classe C, conforme estabelecido neste Parágrafo 1º ou nos §§4.1 ou 4.2 abaixo, conforme aplicável. Qualquer conversão de quaisquer ações em qualquer outra classe de ações de acordo com este §1º será irrevogável, exceto se previsto de forma diversa no §2º e no §3º abaixo. **§2º** - Cada Investidor BHCA (BHCA Investor) (conforme definido abaixo) terá o direito de converter quaisquer Ações Preferenciais Classe C em uma quantidade equivalente de Ações Ordinárias (no caso de tais Ações Preferenciais Classe C terem sido adquiridas mediante a conversão de Ações Ordinárias ou adquiridas no contexto da aquisição simultânea de Ações Ordinárias) exclusivamente na medida em que tal conversão seja (x) necessária para que tal Investidor BHCA (BHCA Investor) mantenha seu percentual de participação no capital social relativo ao poder de voto agregado das Ações Ordinárias (no caso de tais Ações Preferenciais Classe C terem sido adquiridas mediante a conversão de Ações Ordinárias ou adquiridas no contexto da aquisição simultânea de Ações Ordinárias) (ou qualquer classe de ações com direito a voto das quais as Ações Ordinárias, conforme aplicável, façam parte de acordo com o BHCA (conforme definido abaixo)), igual ao detido antes de tal conversão (levando em consideração o efeito sobre o percentual de participação no capital social relativo ao poder de voto agregado das Ações Ordinárias de tal investidor BHCA (BHCA Investor) (ou a(s) classe(s) aplicável(eis) de ações com direito a voto, conforme aplicável, das quais tais ações façam parte de acordo com o BHCA), como resultado de qualquer emissão de ações com direito a voto, ou a conversão de outros títulos em ações com direito a voto por qualquer outro titular); e (y) efetuada de maneira consistente com 12 C.F.R. 225.9(a)(5) do Regulamento Y (Regulation Y) (conforme definido abaixo) e sujeita em todos os aspectos à limitação de que tal Investidor BHCA (BHCA Investor) não detenha ou controle Ações Ordinárias além do Nível Máximo de Controle de Voto (Maximum Voting Control Level) (conforme definido abaixo). **§3º** - Mediante a transferência de quaisquer Ações Preferenciais Classe C: (i) para a Companhia; (ii) em uma ampla distribuição pública dos valores mobiliários com direito a voto da Companhia, incluindo para um cessionário em uma ampla distribuição pública conduzida por uma instituição intermediária; (iii) como parte de uma colocação privada legítima em que nenhum cessionário individualmente, ou grupo de cessionários associados, receberia 2% ou mais de qualquer classe de valores mobiliários com direito a voto da Companhia; ou (iv) para um cessionário se tal cessionário passe a controlar mais de 50% de todas as classes de valores mobiliários com direito a voto da Companhia sem levar em consideração qualquer transferência de tais Ações Preferenciais Classe C (cada uma das disposições (i) a (iv) acima, uma "Transação de Dispersão"), então todas as Ações Preferenciais Classe C assim transferidas se converterão em uma quantidade equivalente de Ações Ordinárias (no caso de tais Ações Preferenciais Classe C terem sido adquiridas mediante a conversão de Ações Ordinárias ou adquiridas no contexto de uma aquisição simultânea de Ações Ordinárias), conforme aplicável (i.e., na proporção de um-para-um), sem que seja necessário o pagamento de um montante adicional por parte de tal detentor ou a providência adicional por parte deste. **§4.1** - Se a qualquer tempo um titular de Ações Ordinárias que seja um Investidor BHCA (BHCA Investor), em conjunto com suas Afiliadas (conforme definido abaixo), detenha ou controle Ações Ordinárias que representem mais de 4,99% de qualquer classe de valores mobiliários com direito a voto como resultado da aquisição ou posse de tais Ações Ordinárias (conforme determinado pelo BHCA (o "Nível Máximo de Controle de Voto (Maximum Voting Control/Level)" (tal Investidor BHCA (BHCA Investor), o "Acionista de Conversão Automática de Ações Ordinárias (Automatic Converting Common Shareholder)" e tal momento o "Momento de Conversão Automática de Ações Ordinárias" (Automatic Common Share Conversion Time), então (A) a quantidade de Ações Ordinárias detidas por tal Acionista de Conversão Automática de Ações Ordinárias que excedam o Nível Máximo de Controle de Voto será considerada como tendo sido convertida em Ações Preferenciais Classe C na proporção de um-para-um com os mesmos dividendos acumulados ou declarados, mas não pagos (tais ações convertidas, as "Ações de Conversão Ordinárias (Common Conversion Shares)" e (B) tais Ações Ordinárias não poderão ser reemitidas pela Companhia enquanto as Ações de Conversão Ordinárias permanecerem em circulação. **Parágrafo 4.2** - Se o Acionista de Conversão Automática de Ações Ordinárias der Ações Ordinárias em forma de certificado, caso aplicável, tal Acionista de Conversão Automática de Ações Ordinárias deverá entregar o certificado ou certificados de todas as ações (ou, se tal Acionista de Conversão Automática de Ações Ordinárias alegar que qualquer dos referidos certificados foi perdido, roubado ou destruído, um affidavit de certificado extraviado e chegar a um acordo razoavelmente aceitável para a Companhia para indenizar a Companhia contra qualquer reclamação que possa ser feita contra ela devido à alegada perda, roubo ou destruição de tal certificado) para a Companhia no local designado no respectivo aviso, conforme aplicável. Se assim for exigido pela Companhia, quaisquer certificados entregues para conversão deverão ser endossados ou acompanhados por instrumento(s) de transferência por escrito, em forma razoavelmente satisfatória para a Companhia, devidamente executados pelo titular registrado ou por seu procurador devidamente autorizado por escrito. Todos os direitos relativos às Ações Ordinárias convertidas de acordo com este Parágrafo 4.2, incluindo os direitos, se houver, de receber avisos e votar, deixarão de vigorar no Momento de Conversão Automática de Ações Ordinárias (mesmo que o titular ou titulares não tenham efetuado a entrega de quaisquer certificados até tal momento), exceto o direito do Acionista de Conversão Automática de Ações Ordinárias, mediante a entrega de qualquer certificado ou certificados do Acionista de Conversão Automática de Ações Ordinárias (ou affidavit de certificado extraviado e acordo) de receber os itens previstos na próxima frase deste §4.2. Assim que possível após o Momento de Conversão Automática de Ações Ordinárias e, se aplicável, a entrega de qualquer certificado ou certificados (ou affidavit de certificado extraviado e acordo) para Ações Ordinárias, a Companhia deverá (a) emitir e entregar ao Acionista de Conversão Automática de Ações Ordinárias ou às pessoas que ele indicar, um aviso de emissão de ações não certificadas e, mediante solicitação por escrito, poderá emitir e entregar um certificado ou certificados para a quantidade de Ações Preferenciais Classe C a serem emitidas nessa conversão, de acordo com as disposições deste Estatuto Social; e (b) emitir e entregar ao Acionista de Conversão Automática de Ações Ordinárias ou às pessoas que ele indicar, um certificado ou certificados para a quantidade de Ações Ordinárias ainda mantidas pelo Acionista de Conversão Automática de Ações Ordinárias. **§5º** - O Investidor BHCA (BHCA Investor) nunca poderá deter ou controlar, direta ou indiretamente, quaisquer ações do capital social da Companhia (incluindo ações com ou sem direito a voto) que representem mais de (x) 24,99% do capital social da Companhia, conforme definido pela Regulação W (Regulation W) (12 C.F.R. 223(g)(5)), ou (y) 33% do capital social total da Companhia, conforme definido pela Regulação Y (Regulation Y). **§6º** - Para fins deste Estatuto Social, os seguintes termos terão os seguintes significados: (a) "Afiliada" significa, em relação a qualquer Pessoa ou entidade, qualquer outra Pessoa ou entidade que controle direta ou indiretamente, seja controlada por ou esteja sob controle comum com tal Pessoa ou entidade. Para fins desta definição, "controle" (incluindo, com significados correlativos, os termos "controlado por" e "sob controle comum com" terá o significado estabelecido na legislação americana 12 C.F.R. 225.2(e)(1). (b) "BHCA" significa a legislação americana o U.S. Bank Holding Company Act de 1956, juntamente com as regras, regulamentos e interpretações promulgadas sob ele conforme alterado. (c) "Investidor BHCA (BHCA Investor)" significa (i) qualquer acionista da Companhia que seja uma instituição bancária, uma holding bancária, uma holding financeira ou uma entidade que seja controlada, direta ou indiretamente, por um banco, uma holding bancária ou uma holding financeira, conforme definidos no BHCA ou (ii) qualquer acionista da Companhia que seja um banco estrangeiro sujeito aos termos do BHCA sob a Seção 8(a) do International Banking Act de 1978 (ou qualquer entidade que seja controlada, direta ou indiretamente, por tal banco estrangeiro). (d) "Regulação Y (Regulation Y)" significa a legislação americana Regulamento Y codificado como 12 C.F.R. Parte 225 conforme promulgado sob o BHCA pelo Conselho de Governadores do Sistema da Reserva Federal americano (Board of Governors of the Federal Reserve System) (ou qualquer disposição substituída ou sucessora, e conforme alterado e/ou modificado). **§7º** - As Ações Preferenciais Classe A e Classe B, se e quando emitidas, serão conversíveis, a qualquer tempo, a critério de seu titular, em Ações Ordinárias, sendo tal conversão automática em caso de sua transferência, a qualquer título. **§8º** - As Ações Preferenciais Classe C, se e quando emitidas, não serão conversíveis em Ações Ordinárias, exceto nas hipóteses previstas nos §§4.1 ou 4.2 acima, ou em qualquer outra(s) classe(s) de Ações Preferenciais. **Artigo 8º** - Sem prejuízo de outros direitos dispostos neste Estatuto Social, a Ação Preferencial Classe A, que não terá direito a voto, se e quando emitida, gozará de prioridade na distribuição de dividendo fixo e cumulativo, no valor de R\$ 7.500.000,00 a cada exercício social da Companhia, a ser atualizado monetariamente na mesma periodicidade pela variação verificada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, e que poderá inclusive ser pago à conta de reserva de capital, se houver, nos termos da Lei das S.A. **Artigo 9º** - Sem prejuízo de outros direitos dispostos neste Estatuto Social, a Ação Preferencial Classe B, que não terá direito a voto, após o devido pagamento prioritário atribuído à Ação Preferencial Classe A, se e quando emitida, gozará de prioridade na distribuição de dividendo fixo, não cumulativo, no valor, em reais, equivalente a (a) 40% do lucro líquido (após a dedução do próprio dividendo fixo da Ação Preferencial Classe A e do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) da Companhia ("Lucro Pós-Tax"), caso o valor total de ativos sob gestão da Companhia e suas controladas, considerando, de forma cumulativa, porém sem dupla contagem, (i) o valor das carteiras administradas de valores mobiliários sob gestão; (ii) o patrimônio líquido dos fundos de investimento sob gestão; e (iii) o valor dos compromissos de investimento / compromissos de capital sobre os quais as controladas da Companhia recebam taxa de gestão, de acordo com os valores reportados pelos administradores dos fundos de investimento (quando aplicável) ("AuM") que seja de até R\$ 5.000.000.000,00; (b) 37% do Lucro Pós-Tax, caso o AuM verificado seja de R\$ 5.000.000.000,01 até R\$ 8.000.000.000,00; (c) 34% do Lucro Pós-Tax, caso o AuM verificado seja de R\$ 8.000.000.000,01 a R\$ 12.000.000.000,00; e (d) 30% do Lucro Pós Tax, caso o AuM verificado seja superior a R\$ 12.000.000.000,00. **§Único** Para fins de determinação do valor do dividendo fixo devido à Ação Preferencial Classe A, a administração deverá utilizar o valor de AuM determinado na mesma data em que forem levantadas as demonstrações financeiras auditadas da Companhia. **Artigo 10** - Sem prejuízo de outros direitos dispostos neste Estatuto Social, as Ações Preferenciais Classe C, se e quando emitidas, não terão direito a voto, gozando tão somente de prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da Companhia, antes do pagamento do valor de reembolso para as Ações Ordinárias e para as Ações Preferenciais Classe A e Classe B. **Capítulo IV - Assembleia Geral - Artigo 11** - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos 4 meses que se seguirem ao término do exercício social, e extraordinariamente sempre que os interesses sociais o exigirem, bem como nos casos previstos em lei e neste Estatuto Social. **§1º** - Os documentos pertinentes à matéria a ser deliberada na Assembleia Geral deverão ser colocados à disposição dos acionistas, na data de publicação do primeiro anúncio de convocação, ressalvadas as hipóteses em que a lei vigente exija sua disponibilização em prazo maior. **§2º** - Sem prejuízo do disposto na Lei das S.A., a convocação da Assembleia Geral será realizada pelo Presidente do Conselho de Administração, mediante anúncio publicado, nos termos do artigo 124 da Lei das S.A., e sua entrega a cada acionista com 15 dias de antecedência à

data agendada para sua realização, em primeira convocação, ou com antecedência de 8 dias para Assembleias Gerais instaladas em segunda convocação, por meio de carta, telegrama, e-mail ou outra forma que permita a comprovação do recebimento pelo destinatário, contendo a indicação de data, hora, local da reunião e ordem do dia. A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor-Presidente, ou, em uma ausência, por outro Diretor, que escolherá, dentre os presentes, um secretário. **§3º** - Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia a que comparecerem todos os acionistas. **Artigo 12** - As Assembleias Gerais serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando a maioria simples do capital social total e votante da Companhia, salvo quórum superior previsto na Lei das S.A. As Assembleias Gerais serão instaladas, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas. **§1º** - Antes de instalada a Assembleia Geral, os acionistas presentes, devidamente identificados, assinarão o Livro de Presença de Acionistas, de que constarão seu nome e a quantidade de ações de que forem titulares. **§2º** - Os acionistas poderão participar das Assembleias Gerais por meio de videoconferência ou conferência telefônica, ou por qualquer outro meio de comunicação que permita sua identificação e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à Assembleia Geral. Nesse caso, tais acionistas serão considerados presentes à Assembleia Geral e deverão assinar a correspondente ata ou enviar por escrito, inclusive por meio eletrônico, sua concordância com o respectivo conteúdo. **Artigo 13** - Na Assembleia Geral serão observados, pela Companhia e pela Mesa, além dos procedimentos e requisitos previstos em lei, os seguintes requisitos formais de participação: i) até 48 horas antes da Assembleia Geral, os acionistas que pretendam ser representados por procuradores deverão enviar à Companhia a respectiva procuração; ii) os acionistas constituídos sob a forma de fundos de investimento deverão enviar à Companhia, no mesmo prazo referido no item "a" acima: (a) comprovação da qualidade de administrador do fundo conferida à pessoa que o represente na Assembleia Geral; (b) ato societário ou mandato do administrador pessoa jurídica que confira poderes ao representante que compareça à Assembleia Geral; e (c) caso o representante ou procurador seja pessoa jurídica, os mesmos documentos referidos na alínea (b) deste item, a ele relativos; iii) os documentos referidos nos itens anteriores poderão ser apresentados por cópia, dispensado o reconhecimento de firma; iv) a Companhia adotará, na fiscalização da regularidade documental da representação do acionista, o princípio da boa-fé, presumindo verdadeiras as declarações verossímeis que lhe forem feitas, desde que respeitados os requisitos documentais previstos neste Artigo 13; e v) os acionistas que pretendam participar digitalmente da Assembleia Geral em que isto seja permitido, deverão necessariamente realizar o depósito prévio dos documentos, fornecendo ainda as eventuais informações e documentos adicionais necessários à viabilização da participação digital, sob pena de não serem admitidos na Assembleia Geral. **Artigo 14** - As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas pelo voto afirmativo de, pelo menos, a maioria do capital social votante da Companhia (para fins de esclarecimento, excluindo quaisquer Ações Preferenciais), ressalvadas as exceções previstas em lei e neste Estatuto Social, obrigando a todos os acionistas, inclusive os ausentes. **Artigo 15** - Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata, que será assinada pelos integrantes da Mesa e pelos acionistas presentes. **Capítulo V - Administração - Seção I - Normas Gerais - Artigo 16** - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria. A posse dos administradores, que independerá de caução, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que contemplará sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 34 deste Estatuto Social. **Seção II - Conselho de Administração. Artigo 17** - O Conselho de Administração é composto por até 5 membros efetivos e igual número de suplentes, sendo um Presidente do Conselho de Administração, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 anos, sendo permitida a reeleição. **§1º** - Observado o disposto no caput, o número de membros que integrarão o Conselho de Administração em cada gestão será fixado em cada Assembleia Geral Ordinária cuja ordem do dia inclua a eleição dos membros do Conselho de Administração. **§2º** - Os membros do Conselho de Administração e o Observador não farão jus à remuneração. **Artigo 18** - O Conselho de Administração deverá se reunir, ordinariamente, a cada 3 meses, ou conforme calendário aprovado por seus membros e, extraordinariamente, quando necessário aos interesses sociais, mediante convocação por escrito entregue aos demais membros do Conselho de Administração e ao Observador. **§1º** - As convocações deverão ser realizadas pelo Presidente ou pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, ou ainda por 2 de seus membros em conjunto, com, no mínimo 5 dias de antecedência, em primeira convocação e 2 dias, em segunda convocação, por escrito, por meio de carta, telegrama, e-mail ou outra forma que permita a comprovação do recebimento pelo destinatário, contendo a indicação de data, hora, local da reunião e ordem do dia. **§2º** - As reuniões do Conselho de Administração instalar-se-ão com a presença da maioria dos seus membros em exercício, e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes. **§3º** - Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regularmente instalada a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração. **§4º** - Para o acompanhamento da condução dos negócios da Companhia, os acionistas detentores de uma quantidade de ações do capital social da Companhia (incluindo ações com ou sem direito a voto) que representem menos de 10% do capital social da Companhia poderão indicar, em conjunto, um representante para participar das Reuniões do Conselho de Administração na qualidade de observador ("Observador"), o qual terá direito de discutir e expor suas opiniões com relação às matérias discutidas nas respectivas reuniões, mas não terá qualquer direito a voto ou veto nas Reuniões do Conselho de Administração. **Artigo 19** - As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede social da Companhia, podendo também ser realizadas em outros locais no município de São Paulo, e serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração. Na ausência de ambos, a reunião será presidida por um membro do Conselho de Administração indicado pela maioria dos presentes. **§1º** - O Conselho de Administração poderá convidar membros da Diretoria e outros órgãos da Companhia, bem como eventuais terceiros, para fins de discussão, apresentação de informações e esclarecimentos de assuntos do interesse da Companhia e de suas controladas, ou que sejam úteis ou necessários à deliberação de matéria da ordem do dia. **§2º** - Os membros do Conselho de Administração e o Observador poderão participar das reuniões por meio de videoconferência ou conferência telefônica, ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a sua identificação e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião. Nesse caso, tais membros serão considerados presentes à reunião e deverão assinar a correspondente ata ou enviar por escrito, inclusive por meio eletrônico, sua concordância com o respectivo conteúdo. **§3º** - Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas em livro próprio, tornando-se válidas e efetivas com a assinatura ou concordância expressa, nos termos do §2º, de tantos membros quantos bastem para constituir o quórum requerido para aprovação das matérias constantes da respectiva ordem do dia. **Artigo 20** - Em caso de ausência, impedimento ou vacância de cargo exercido por qualquer membro efetivo do Conselho de Administração, suas funções deverão ser assumidas pelo respectivo suplente, durante a ausência ou impedimento temporário, ou após a constatação do impedimento definitivo ou vacância. Não havendo suplente, nos casos de ausência ou impedimento temporário que não superem 90 dias (exceto se diversamente deliberado pelo Conselho de Administração), preservar-se-á o funcionamento do Conselho de Administração, desde que respeitado o número mínimo de 3 membros. Nos demais casos, observar-se-á o disposto no Artigo 21 abaixo. **Artigo 21** - Em caso de impedimento definitivo ou vacância de qualquer dos cargos de membro do Conselho de Administração, caberá aos membros remanescentes nomear o substituto, que servirá até a primeira Assembleia Geral subsequente, quando um novo membro titular e, se for o caso, seu respectivo suplente, serão eleitos e permanecerão no cargo até o final do mandato do membro substituído. Ocorrendo impedimento definitivo ou vacância da maioria dos cargos do Conselho de Administração, deverá ser imediatamente convocada Assembleia Geral para eleger os substitutos, os quais deverão completar o mandato dos substituídos. **§Único** - Em caso de ausência, impedimento ou vacância do cargo de Presidente do Conselho de Administração, as funções de presidência do órgão serão assumidas pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração durante a ausência ou impedimento ou após a vacância, sem prejuízo, se aplicável, da eventual indicação de substituto para sua posição de membro do Conselho de Administração, nos termos do caput. **Artigo 22** - Compete ao Conselho de Administração, além das demais atribuições previstas em lei e em outros artigos deste Estatuto Social: i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e das sociedades sob seu controle; ii) eleger e destituir Diretores da Companhia, fixar-lhes as atribuições, observado o disposto no presente Estatuto Social e fiscalizar a sua gestão; iii) convocar a Assembleia Geral; iv) examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração pela Companhia ou pelas sociedades sob seu controle, e quaisquer outros atos; v) manifestar-se sobre o relatório da administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia, submetendo-as à aprovação da Assembleia Geral; vi) propor à Assembleia Geral a destinação do resultado do exercício, observado o disposto neste Estatuto Social; vii) aprovar levantamento de balanços em períodos inferiores ao exercício social, bem como a distribuição de dividendos intercalares e intermediários e o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação aplicável e das disposições deste Estatuto Social; e viii) instituir ou dissolver conselhos consultivos e/ou comitês de assessoramento (em qualquer hipótese, não deliberativos) ao Conselho de Administração, de funcionamento permanente ou temporário, e eleger os membros que irão compor tais comitês. **Artigo 23** - Compete ao Presidente do Conselho de Administração, observado o disposto no Artigo 21, §Único: i) convocar a Assembleia Geral, sempre que deliberado pelo Conselho de Administração ou por iniciativa própria, caso em que deverá comunicar a convocação, em seguida, aos demais conselheiros; ii) convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração; iii) comunicar as datas das reuniões e supervisionar os serviços administrativos do órgão; e iv) transmitir as deliberações do Conselho de Administração à Diretoria e orientá-la em seu cumprimento. **Seção II - Diretoria - Artigo 24** - A Diretoria será composta por até 3 Diretores, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, dos quais 1 Diretor-Presidente, e os demais com sua designação e competência estabelecidas pelo Conselho de Administração. **§Único** - Os Diretores serão eleitos para mandatos unificados de 3 anos, sendo admitida a reeleição, e continuarão no exercício dos respectivos cargos até eleição e posse de seus substitutos. **Artigo 25** - Competirá à Diretoria a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à gestão dos negócios sociais, bem como decidir sobre matérias que não sejam de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração (ressalvadas as competências individuais de cada membro da Diretoria), devendo os Diretores atuar de acordo com as suas atribuições estabelecidas em lei e neste Estatuto Social. **§Único** - A Companhia será representada, ativa e passivamente, para todos os fins, incluindo perante órgãos públicos federais, estaduais e municipais, bem como quaisquer autoridades, para dar efeito a quaisquer tipos de negócios, incluindo a assinatura de contratos e acordos (i) por 2 Diretores, em conjunto; ou (ii) por 1 Diretor e 1 procurador constituído nos termos do Artigo 28 abaixo. **Artigo 26** - A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses da Companhia o exigirem e suas decisões, quando colegiadas, serão tomadas por maioria simples de votos, observado o quórum de instalação de metade dos membros, cabendo ao Diretor-Presidente, além de seu voto, o de desempate. **Artigo 27** - Sem prejuízo de funções, competências e poderes adicionais a serem atribuídos para cada um dos Diretores pelo Conselho de Administração, compete, especificamente ao Diretor-Presidente: (i) dirigir e orientar as atividades da Companhia, inclusive a coordenação da atuação dos demais Diretores; (ii) dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia e de suas controladas, traçando a estratégia global da Companhia (observadas as orientações do Conselho de Administração); (c) atribuir a qualquer dos Diretores atividades e tarefas especiais, independentemente daquelas que lhes couberem ordinariamente; (d) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (e) zelar pela execução das deliberações da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da própria Diretoria. **§1º** - Os Diretores sem designação específica prevista no Estatuto Social desempenharão as funções que lhes forem atribuídas pelo Conselho de Administração. **§2º** - Na ausência ou impedimento temporário do Diretor-Presidente, suas funções serão exercidas temporária e cumulativamente por outro Diretor a ser designado pelo próprio Diretor-Presidente ou, na ausência de tal indicação ou impedimento temporário por conflito de interesses, por Diretor a ser designado pelo Conselho de Administração. Na ausência ou impedimento temporário de qualquer outro Diretor, suas funções serão exercidas temporária e cumulativamente pelo Diretor-Presidente ou por outro Diretor indicado pelo Diretor-Presidente. **Artigo 28** - A Companhia, representada pelo Diretor-Presidente, em conjunto com outro Diretor, poderá constituir mandatários, especificando na procuração a finalidade do mandato, os poderes conferidos e o prazo de validade, que não excederá 1 ano, salvo quando a procuração for outorgada para fins judiciais (ad judicium), cuja validade poderá ser por prazo indeterminado. **Capítulo VI - Conselho Fiscal - Artigo 29** - O Conselho Fiscal é órgão de funcionamento não permanente, que poderá ser instalado a qualquer momento a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 2,5% do capital social votante da Companhia, e cada período de funcionamento terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação. Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto por, no mínimo 3 e, no máximo, 5 membros efetivos, eleitos pela Assembleia Geral, com igual número de suplentes. **§1º** - A posse dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que contemplará sua sujeição à cláusula compromissória arbitral referida no Artigo 34 deste Estatuto Social. **§2º** - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário, lavrando-se atas dessas reuniões em livro próprio. **§3º** - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e consignadas em ata. **§4º** - Serão aplicáveis aos membros do Conselho Fiscal as mesmas obrigações e vedações impostas pela lei aos administradores da Companhia. **§5º** - Nenhum Investidor Bancário (Bank Investor) terá o direito de nomear qualquer membro do Conselho Fiscal ou participar de qualquer reunião como membro do mesmo, a menos que tal membro nomeado pelo referido Investidor Bancário (Bank Investor) represente menos de 50% da composição do mesmo ou da participação nessa reunião, conforme aplicável. **Capítulo VII - Exercício Social e Demonstrações Financeiras - Artigo 30** - O exercício social inicia-se no dia 1º de janeiro e encerra-se no dia 31 de dezembro de cada ano, data em que a administração levantará as demonstrações financeiras previstas em lei. **§Único** - As demonstrações financeiras da Companhia serão obrigatoriamente auditadas por auditores independentes. **Artigo 31** - Do resultado do exercício, serão deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para pagamento do imposto de renda e para a contribuição social sobre o lucro líquido. Do lucro líquido serão destinados, sucessivamente: i) 5% do lucro líquido para constituição da reserva legal, a qual não excederá 20% do capital social; ii) 25% para distribuição aos acionistas, como dividendos obrigatórios, respeitados os direitos, preferências, vantagens e prioridades das ações de emissão da Companhia, segundo a lei e este Estatuto, e compensados eventuais dividendos intermediários que tenham sido declarados no curso do exercício social e o valor líquido dos juros sobre capital próprio; iii) o saldo remanescente, se houver, terá a destinação fixada que lhe der a Assembleia Geral, consoante proposta dos órgãos da administração, observadas as disposições legais aplicáveis. **Artigo 32** - O Conselho de Administração poderá deliberar sobre: (i) a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados em balanços semestrais; ii) o levantamento de balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e a distribuição de dividendos com base nos lucros neles apurados, desde que o valor total dos dividendos pagos a cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que tratam o §1º do art. 182, da Lei das S.A.; iii) a declaração de dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; e iv) o crédito ou pagamento aos acionistas, na periodicidade que decidir, de juros sobre o capital próprio. **Capítulo VIII - Dissolução e Liquidação - Artigo 33** - A Companhia se dissolverá nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral, quando for o caso, determinar o modo de liquidação e eleger o Conselho Fiscal e o liquidante, que devem funcionar durante o período da liquidação. **Capítulo IX - Juízo Arbitral - Artigo 34** - A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CAM-CCBC"), na forma do seu regulamento, conforme vigente à data de apresentação do requerimento de arbitragem, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissora, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia e, em especial, das disposições contidas no presente Estatuto Social. **§1º** - O tribunal arbitral será composto por 3 árbitros. O(s) requerente(s), por um lado, indicaráo(1) um(1) árbitro, e o(s) requerido(s), do outro lado, indicaráo um segundo árbitro. Os dois coárbitros indicados pelas partes da arbitragem, de comum acordo, indicarão um terceiro árbitro para atuar como Presidente do tribunal arbitral ("Tribunal Arbitral"). Caso os 2 coárbitros indicados pelas partes da arbitragem deixem de nomear o terceiro árbitro dentro dos respectivos termos estabelecidos no Regulamento, o Presidente do Tribunal Arbitral será designado de acordo com os procedimentos estabelecidos no regulamento da CAM-CCBC. Quaisquer omissões, litígios, dúvidas e faltas de acordo quanto à indicação dos árbitros pelas partes envolvidas ou à escolha do terceiro árbitro serão dirimidos pela CAM-CCBC. **§2º** - O Tribunal Arbitral deverá decidir de acordo com a legislação da República Federativa do Brasil e não deverá julgar por equidade. As decisões do Tribunal Arbitral serão finais e vinculantes às partes da arbitragem e seus sucessores a qualquer título, não estando sujeitas a recursos, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos previstos no artigo 30 da Lei 9.307/96 ("Lei de Arbitragem"). **§3º** - A arbitragem terá sede na Cidade e Estado de SP, onde a sentença arbitral deverá ser proferida, podendo o Tribunal Arbitral, motivadamente, designar a realização de diligências em outras localidades. A arbitragem deverá ser conduzida no idioma português. **§4º** - Caberá à cada parte arcar com as despesas relativas à instauração e administração do procedimento arbitral, bem como com os honorários dos árbitros, cujos custos serão rateados pelas partes integrantes de cada polo. No entanto, a responsabilidade final pelo pagamento dos custos, assim entendidos os valores pagos à CAM-CCBC pela administração do procedimento, os honorários dos árbitros, peritos e eventuais outros profissionais auxiliares do Tribunal Arbitral, além de honorários advocatícios de sucumbência, deverá ser determinada pelo Tribunal Arbitral, vedado o reembolso de honorários contratuais de advogado, assistente técnico, custos com viagens e outras despesas incorridas pelas partes e seus advogados, custos com a contratação de pareceres e profissionais auxiliares das partes. **§5º** - A assistência judicial pode ser solicitada exclusivamente para: (i) medidas cautelares e de urgência solicitadas antes da constituição do Tribunal Arbitral; (ii) a execução de qualquer decisão proferida pelo Tribunal Arbitral, incluindo sentenças parciais ou a sentença final; (iii) a ação de anulação prevista no artigo 34 da Lei de Arbitragem; (iv) os litígios que, de acordo com a lei aplicável, não podem ser resolvidos por arbitragem; e (v) quaisquer outras medidas judiciais permitidas pela Lei de Arbitragem. Para tais fins, a Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, elegem o foro da Cidade e Estado de São Paulo, para resolver tais assuntos, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Após a constituição do Tribunal Arbitral, as medidas cautelares devem ser solicitadas ao Tribunal Arbitral, que poderá rever as medidas eventualmente concedidas ou negadas por autoridades judiciais antes da constituição do Tribunal Arbitral. O requerimento de quaisquer medidas judiciais permitidas pela Lei de Arbitragem não será considerado uma renúncia aos direitos previstos neste Artigo ou à arbitragem. **§6º** - A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, concordam que a arbitragem, inclusive sua existência, será mantida em confidencialidade e seus elementos (incluindo, mas sem limitação, as alegações das partes, as provas, os laudos e outras manifestações de terceiros e quaisquer outros documentos apresentados ou trocados no curso do procedimento arbitral) somente serão divulgados ao Tribunal Arbitral, às partes da arbitragem, seus advogados e a qualquer pessoa necessária ao desenvolvimento da arbitragem, exceto se a divulgação for exigida para cumprimento de obrigações impostas por lei ou por qualquer autoridade governamental com jurisdição sobre as partes da arbitragem, seus respectivos negócios e/ou ativos, bem como para eventuais medidas judiciais nos termos deste Estatuto, da Lei de Arbitragem, incluindo execução da sentença arbitral, medidas coercitivas ou procedimento cautelar.

